

REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO SOCIAL NA HABITAÇÃO

Kássia Cristina Uchôa Soares Barbosa¹

Resumo

O artigo tece considerações sobre a prática dos Trabalhadores sociais que exercem atividades na Política Habitacional, sinalizando a questão da habitação e os desdobramentos na sociedade capitalista bem como as possibilidades e os limites encontrados pelos profissionais.

Palavras-chave: Questão da habitação, política habitacional, Serviço Social, prática profissional.

Abstract

The paper discusses the practice of social workers who perform activities on Housing Policy, signaling the housing situation and the developments in capitalist society and the possibilities and limitations encountered by professionals.

Keywords: Issue of housing, housing policy, social work, professional practice.

1. Introdução

As desiguais ocupações do território indicam um problema ocorrido desde o início do capitalismo, trazido junto ao advento da industrialização e à idéia de tornar a morada uma mercadoria, instalando-se uma questão a ser enfrentada. Sobre o que Engels (1979) afirma haver certo desinteresse por parte da classe dominante em resolvê-lo, como estratégia para fazer a classe operária pressionada pela constante necessidade de venda da força-de-trabalho e subordinada pelos patrões no campo habitacional.

O Serviço Social, enquanto profissão dinâmica, tem em seu objeto de intervenção as múltiplas refrações da questão social, dentre as quais salienta-se as questões habitacionais no século XXI, intervindo na implementação de programas e projetos nas cidades, voltados para os segmentos populares, ou seja, a parcela da população caracterizada na faixa de interesse social. Nesse campo, localiza-se a prática profissional do assistente social desenvolvendo o trabalho social junto à população inserida no foco dessa

¹ Estudante. Universidade Federal de Pernambuco. kassiauchoa@hotmail.com



ação – objeto deste estudo que visa problematizar as possibilidades e limites desta prática profissional.

2. Fundamentação Teórica

A Constituição de 1988 abriga a perspectiva universalizante para as políticas públicas, contrariamente, ao mirar-se a instância federal, verifica-se que os programas habitacionais instituídos a partir de então, e ainda mais fortemente nos anos de 1990, deixaram um vazio marcado pela ausência de política conseqüente capaz de responder, satisfatoriamente, as demandas dos segmentos populares, em especial, no campo da habitação. Realidade que suscita indagações sobre a tendência e as possibilidades dessa política ser de fato universalização. Insere-se essa postura no avanço das concepções liberalizantes – neoliberalismo –, com tendência simultânea à redução do poder de ação do Estado e, ao mesmo tempo, a busca de incentivos ao papel do mercado, pela via da iniciativa privada.

Mesmo registrando-se a permanência dessa tendência nos anos iniciais do século XXI, registram-se também avanços no Brasil com a regulamentação arts. 182 e 183 da Constituição Federal que estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências e institui o Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001). Avanços ainda aparecem com a criação do Ministério das Cidades, em 2003, que “[...] passa a ser o órgão responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano e, dentro dela, pela Política Setorial de Habitação” (BRASIL, 2006, p.12). Outros avanços também fazem sentir com a realização da Conferência Nacional das Cidades, instituindo canais de participação, e resultando na criação do Conselho das Cidades e a aprovação das diretrizes para nova Política de Desenvolvimento Urbano.

A questão da habitação pode ser traduzida pela existência de *déficit* quantitativo e qualitativo. Do ponto de vista quantitativo anota-se no país, em 2000, a necessidade corresponde a 7,2 milhões de novas moradias, destacando-se as áreas urbanas com 5,5 milhões e as áreas rurais 1,7 milhões. Na Região Nordeste esse *déficit* responde por 32,4 milhões. Verifica-se que a necessidade quantitativa por moradia tem se ampliado na faixa de renda de até 2 salários mínimos.

Os dados demonstram a presença da questão habitacional no país, distribuindo-se pelos territórios regionais, locais e pelas cidades. Explicações para essa realidade podem



ser assentadas na análise de Engels (1979, p. 1) ao tratar do assunto e criticando a denominada crise da habitação, assim, diz:

A crise da habitação – a qual a imprensa de hoje desprende um tão grande atenção – não reside no fato universal de a classe operária estar mal e viver em moradias superlotadas e insalubres. Essa crise do alojamento não é particularidade do momento, não é tampouco um daqueles males que sejam próprios do proletariado moderno e o distingua de todas as classes oprimidas que o precederam; antes pelo contrário, todas as classes oprimidas de todos os tempos foram algum tanto igualmente atingidas.

A questão da habitação ganha visibilidade na cidade, num espaço urbano complexo e produto social que envolve trabalho morto – edificações, infra-estrutura -, e trabalho vivo – a força de trabalho envolvida na produção de bens e serviços (RIBEIRO, 2001).

O Brasil vivencia, na década de 1930, a implantação do parque industrial brasileiro. O processo de urbanização esteve vinculado ao capitalismo dependente e a uma conjugação de fatores internos que demarcaram a formação econômica e social brasileira. Isso se tornará mais visível com a passagem do modelo agrário-exportador para o modelo urbano-industrial de desenvolvimento. Para Oliveira (1979), ocorre a partir desse período um forte deslocamento da população do campo para as cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida. Entretanto, esse urbano não reunia as condições necessárias para absorver esse contingente populacional, e, como consequência, multiplicaram-se problemas, como: pobreza, desemprego, precárias relações de trabalho, doenças e exclusão social, insuficiência e inadequação de moradias e de infra-estrutura urbana. Formaram-se espaços de contradições e desigualdades. Neste mesmo momento histórico, surge uma profissão que atua nas desigualdades sociais vigentes: o Serviço Social.

O Serviço Social, segundo Iamamoto (2007), se gesta e se desenvolve na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana. O surgimento das cidades industriais impôs uma nova fisionomia ao contexto social, passando a própria urbanização a ser uma variável da industrialização capitalista. Dessa forma, as relações capitalistas a partir da Revolução Industrial contribuíram para o surgimento do trabalho assistencial, realizado nessa fase, pelas “damas da caridade” – mulheres da sociedade que prestavam assistência à população carente. O desenvolvimento industrial, somado a outros fatores, avivou as desigualdades paulatinamente acentuadas gerando a necessidade de um trabalho fundamentado em

princípios científicos e organizado tecnicamente a partir da interpretação da sociedade baseada nas ciências sociais.

O Serviço Social caracteriza-se como uma profissão construída (e em construção) no cotidiano. Pastorini (2007), afirma que a realidade muda permanentemente, por isso a captura de seu movimento e a historicidade dos processos sociais implica conhecer as múltiplas determinações e relações dessa totalidade viva, dinâmica e contraditória.

Desse modo, deve-se compreender o contexto no qual a profissão surge, as práticas profissionais e o seu desenvolvimento nas diferentes configurações para compreender a atuação profissional do Assistente Social na área habitacional, seus limites e possibilidades de intervenção frente às demandas que circunscrevem a sociedade brasileira no início do século XXI. Assim, tornam-se necessário conhecer as práticas profissionais desenvolvidas, as estratégias de intervenção adotada, aprofundar o debate sobre os atuais desafios postos ao Serviço Social no processo interventivo, no campo da habitação para os segmentos populares. Prática essa realizada a partir de programas e projeto habitacionais e urbanísticos desenvolvida no urbano, aqui recortado na escala do território do Recife.

A legitimação profissional, segundo Netto (1992), aparece relacionada ao embasamento teórico. O Serviço Social na perspectiva analítica da ABEPSS² (2004) é uma profissão que se assenta numa dimensão teórico-metodológica e técnico-operativa, e articulada as implicações de ordem ética e política. Nessa perspectiva, o Serviço Social vem respaldando o exercício profissional, a produção do conhecimento e os saberes que constrói. Nutre-se, também, do acervo intelectual e cultural herdado, fundamentalmente, do pensamento social na modernidade. Incluem-se, nessa perspectiva, as contribuições de pesquisas realizadas no âmbito do conhecimento do Serviço Social, da prática social, nos diferentes campos de atuação profissional, e, também, aquelas relativas dos processos sociais.

3. O Trabalho Social: limites e possibilidades

O Serviço Social surge no Brasil na década de 1930 sendo demarcado pelo contexto da industrialização no país assim como ocorrido na Revolução Industrial, onde milhares de pessoas deixaram o campo e vieram para a cidade em busca de trabalho e

² Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS.



melhores condições de vida. Decorre do processo desenvolvimentista graves problemas sociais, tais como pobreza, desemprego, doenças e outros.

A profissão é ligada inicialmente à religiosidade passando a atuar junto às demandas resultadas do conflito capital e classe operária, que, de acordo com Pereira (2000) em 1940 e 1950 contam com instituições públicas nascidas com o objetivo de assistir, através de políticas públicas mínimas de inclusão social, os excluídos gerados por esse processo, com uma visão de caridade, a exemplo da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Após o período de ditadura militar a profissão passa a ter uma visão mais crítica decorrente da insatisfação da atuação profissional desenvolvida até o momento. São estes profissionais que sentem a necessidade de adequar teorias e metodologias mais próximas da realidade brasileira que se denominou movimento de reconceituação do Serviço Social, possibilitando uma reflexão crítica das insatisfações vivenciadas pelos profissionais, rompendo com o Serviço Social Tradicional, buscando assim uma identidade para a profissão passando a ser visto como “Profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana” (Iamamoto e Carvalho, 2007, p. 77) cujo agir profissional esteja ligado a viabilização do acesso da população a direitos, constituindo como função social da profissão o papel de executor das políticas públicas.

No capitalismo, a moradia é atribuída valor de uso e valor de troca. O acesso a habitação é determinado pelo potencial de compra do consumidor. Para Leffeld (1983, p. 09)

A crise habitacional, na sociedade capitalista, é resultado da não possibilidade de compra ou pagamento de aluguel por grandes parcelas da população. Não pode ser vista como um problema conjuntural ou uma simples questão de equilíbrio entre oferta e demanda. Trata-se de uma defasagem “estabelecida” entre necessidade social da habitação e a produção de moradias e equipamentos regulados por “leis economicistas” de desenvolvimento.

A questão da moradia emerge, numa conjuntura marcada por grandes transformações. O surgimento do capital industrial criará a necessidade de remodelação do espaço urbano. A emergência da grande indústria produzirá um intenso processo de renovação urbana, realizado tanto pelas próprias empresas quanto pelo Estado. O número de imóveis existentes, porém, é insuficiente, permitindo que os proprietários construam pequenos cubículos para aluguel ou transformem casas comuns em casas de cômodos. “Há, portanto, uma concentração de misérias e de condições habitacionais precárias e anti-

higiênicas, o que favorecerá o surgimento de surtos e epidemias”. (Ribeiro e Pechman, 1983).

Percebe-se um elevado número de habitações construídas fora do mercado formal, o que demonstra a negligência por parte das políticas públicas frente a essa questão. Afirma Maricato (2001, p. 131): “A autoconstrução em loteamentos ilegais nas periferias urbanas e os domicílios em favelas tornaram-se prioridade para a habitação dos trabalhadores e da população pobre de um modo geral a partir de 1930.” O estilo *Laissezferiano* predominou no uso e ocupação do solo na maioria das cidades durante sucessivas décadas, devido à ausência do planejamento urbano, o que se define pelos interesses privados rentistas e lucrativos e pela ignorância em relação ao assentamento da maior parte da população. Maricato (2007, p. 123) alega que:

A ilegalidade é, portanto funcional – para as relações políticas arcaicas, para um mercado imobiliário restrito e especulativo, para aplicação arbitrária da lei, de acordo com a relação de favor. [...] a segregação territorial e todos os corolários que a acompanham – falta de saneamento ambiental, riscos de desmoronamentos, riscos de enchentes, violência – estão a ele vinculados.

Dessa forma, atuação profissional é vista como mediação do acesso da população à assistência e a serviços disponibilizados pelas instituições que os contratavam, destacando-se na abertura e no fortalecimento de canais entre aqueles dois atores. O objeto da profissão é a questão social nas diversas formas de expressão das contradições sociais conforme analisa lamamoto, (2003, p. 28)

É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade.

A responsabilidade da ação da Assistente Social se destaca, conforme analisa Fernandes (2005) atendendo o reconhecimento da dinâmica de reconfiguração dos conflitos em que intervém, bem como aos antagonismos que perpassam sua ação, democratizando o acesso dos usuários a informações relacionadas às diversas etapas de realização dos projetos e fortalecendo a capacidade de relação da população assistida, por meio de estímulo à efetiva participação popular, onde o profissional deve assessorar a clientela na criação de condições que permitam aos moradores reconhecerem-se no espaço após a conclusão das intervenções físicas.



4. Considerações finais

Para Maricato (2007, p. 124-125):

A habitação social, o transporte público, o saneamento e a drenagem não têm o status de temas importantes (ou centrais, como deveriam ser) [...] o resultado é: planejamento para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns...

A problemática da habitação social envolve a dinâmica do exercício profissional dos Assistentes Sociais constituindo um locus que carece de intervenção. Aliado a isso, observa-se a falta de equipamentos coletivos como abastecimento de água, luz, transporte, calçamento, saneamento urbano, coleta de lixo e demais elementos de infra-estrutura. Atualmente, a responsabilidade de assegurar as moradias é, sobretudo, do Estado, devendo prover o direito de habitar aos que não dispõem de recursos, através da Política Habitacional com vistas a minimizar o *déficit* de moradias na sociedade, seja criando condições para residir nas áreas de assentamentos com melhorias na infra-estrutura e no fornecimento de água, energia elétrica e criação de rede de esgotos, como na posse-da-terra aos assentados, garantindo a possibilidade de fixarem-se ao local, ou através da construção de conjuntos habitacionais para aumentar a possibilidade de aquisição de um imóvel às famílias.

O Assistente Social, profissional que interfere na reprodução da força de trabalho por meio dos serviços sociais previstos em políticas e programas, atua unto a questões que dizem respeito à sobrevivência social e material da classe trabalhadora. Na prática profissional o agir do assistente social contribui para a instalação de processos que instigam a mobilização, a sensibilização e estimulam a participação e o controle social sobre as ações públicas, apóia favorece a instituição de formas organizativas da população, assentada essa prática na busca do acesso à habitação e o atendimento aos seus direitos como cidadão.

Referências:

ABEPSS. Formação do Assistente Social no Brasil e a Consolidação do Projeto Ético-Político. In. **Revista Serviço Social e Sociedade**, N. 79, São Paulo: Cortez, 2004.



ENGELS, Frederich. **A Questão da Habitação** - Belo Horizonte: Aldeia Global. 1979.
(Coleção Fundamentos, v. 10)

FERNANDES, Lenise Lima. Trabalho social e habitação para população de baixa renda: desafios a uma ação profissional democrática no início do século XXI. In: GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques; PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho (Org). **Política de habitação popular e trabalho Social**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. – 6. ed. – São Paulo, Cortez, 2003.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. - 21. ed. – São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2007.

LEHFELD. Neide A. de Souza. A política habitacional brasileira - Alternativas de reequacionamento. In: **Serviço Social e Sociedade** ano IV n. 11. São Paulo: Cortez editora. abril de 1983.

MARICATO, Ermínia. Reabilitação de centros urbanos e habitação social. *in*: _____. **Brasil, cidades**: Alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. (125-151)

_____. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília et. al. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 4 ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2007. (121 – 192)

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica a razão dualista. **Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 2, 1972.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 109).

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Cidade, reivindicações e equipamentos coletivos. IN. **O Desenvolvimento Urbano em Questão**: Textos Didáticos. 2. ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2001.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert Moses. **O que é questão da moradia**. São Paulo: Brasiliense, 1983 (Coleção primeiros passos).

V Jornada
Internacional de
Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

23 a 26 agosto
2011
Campus Universitário do Bacanga
São Luís/Maranhão - Brasil



Estado,
Desenvolvimento
e Crise do
Capital

A1568901982015A